



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO  
EXERCÍCIO : 2007  
PROCESSO Nº : 21209.000189/2008-30  
UNIDADE AUDITADA : CONAB SEDE SUREG GO  
CÓDIGO UG : 135141  
CIDADE : GOIANIA  
RELATÓRIO Nº : 208213  
UCI EXECUTORA : 170200

Chefe da CGU-Regional/GO,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 208213, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela CONAB-SEDE/SUREG-GOIÁS.

**I - ESCOPO DOS EXAMES**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 09 a 30/04/2008, por meio de testes, análises e consolidações de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS
- QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU
- RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS
- ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA
- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES
- CONTEÚDO ESPECÍFICO
- PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS
- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
- ATUAÇÃO DA CGU - NO EXERCÍCIO
- ATUAÇÃO DO TCU/SECEX - NO EXERCÍCIO
- CONVÊNIOS/SUBVENÇÕES

- SEGURIDADE SOCIAL
- PROCESSOS LICITATÓRIOS
- CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS
- EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES
- RESULTADOS DE AUDITORIAS SISAC E FOLHA DE PAGAMENTO
- CONTRATOS SEM LICITAÇÃO
- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

## II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo - "Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes neste Relatório de Auditoria.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004 e 54/2007 e pelas DN-TCU-85/2007 e 88/2007, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-85/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo - "Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

### 5.1 AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS

Da leitura do Relatório de Gestão, item 4 - Gestão de Programas e Ações, especificamente quanto aos resultados alcançados, apresentamos os destaques julgados relevantes pelo gestor e que prejudicaram o alcance de duas metas físicas da Unidade:

- Com relação à ação Formação de Estoques Públicos, cujo percentual de atendimento foi de 6,32% do previsto, o gestor resumiu: "Os limites financeiros impostos pelo espaço fiscal, definidos pelo Ministério da Fazenda, a utilização dos instrumentos de incentivo à comercialização (PEPRO, PEP e PROP) e a ocorrência de preços remuneradores acima dos preços mínimos fixados para o exercício contribuíram para o aquecimento da demanda reduzindo sobremaneira a necessidade de intervenção no mercado por parte do Governo, motivo pelo qual as aquisições ficaram bem abaixo da meta prevista".

- Já para a ação Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento, em que não foi vistoriado nenhuma tonelada dos estoques privados, o gestor informou que "as vistorias não foram realizadas devido a não celebração de convênio com o MAPA, onde parte das despesas seriam custeadas pela Conab e o restante pelo Ministério." Apresentamos, abaixo, uma análise sintética por programa/ação, com base nas informações do Relatório de Gestão, consubstanciada com o exposto em item específico do Anexo I a este Relatório de Auditoria:

Programa	Ação	Descrição do Indicador ou Medida	Exercício 2007		Realizado em 2006
			Planejado	Realizado	

Abastecimento Agroalimentar	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Pessoas Beneficiadas	1.668	1.063	*
	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Empregados Beneficiados	278	250	278
	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Empregados Beneficiados	278	271	278
	Formação de Estoques Públicos	Produtos Adquiridos (ton)	800.000	50.544	*
	Operacionalização da Comercialização de Produtos	Serviços Prestados	1	1	1
	Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	Estoque Fiscalizado (ton)	250.000	265.265	2.498.978
	Gestão e Administração do Programa	Execução Orçamentária (R\$)	21.676.000,00	21.639.663,60	18.926.104,27
	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	Unidade Armazenadora Recuperada e Modernizada	3	10	10
	Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA	Agricultor Familiar Beneficiado	Esta ação refere-se à execução do Convênio SIAFI 592025 cuja meta prevista abrange todas as Superintendências da CONAB, não tendo sido estabelecida, desta forma, meta física individualizada.	778	*
	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	Unidade Armazenadora Cadastrada	0	49	106
Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	Estoque Vistoriado (ton)	900.000	0	0	
Gestão da Política Agropecuária	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidores Capacitados	232	188	497
	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	Pesquisas Realizadas	6	12	6

Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	Não há previsão física, haja vista que todas as sentenças judiciais devem ser cumpridas. Há previsão orçamentária (R\$)	510.000,00	507.529,74	2.751.343,23
	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista		25.600,00	12.560,70	10.537,50
Acesso à Alimentação	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	Famílias Atendidas	Estas ações referem-se à execução do Convênio SIAFI 592025 cujas metas previstas abrangem todas as Superintendências da CONAB, não tendo sido estabelecidas, desta forma, metas físicas individualizadas.	778	*
	Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	Alimentos Adquiridos (ton)		1.492	*

\* Dados inexistentes no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2006.

Com relação à ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, em que pese o atingimento de 81,03% da meta prevista, ao compararmos ao ano anterior, quando foram treinados 497 empregados, constata-se uma redução de 62,17%. Conforme exposto pelo gestor, essa diminuição deveu-se "em consequência, principalmente, da realização naquele ano do Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), com 173 participantes e do curso de Fiscalização dos Estoques Governamentais, com 84 treinandos." Quanto à ação Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares a diferença entre o executado em 2006 e o planejado para 2007 deve-se ao fato de que "as aquisições [foram] efetivadas no fim do exercício anterior, após o estabelecimento das metas para o exercício de 2007".

Diante do exposto, somos de opinião de que as informações constantes do Relatório de Gestão apontam para um grau satisfatório de atendimento dos resultados programados.

## 5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Constatamos a existência de indicadores de avaliação de desempenho relativamente consistentes e confiáveis, contudo, estes contemplam apenas a ação de fiscalização de estoques públicos. Para as outras ações não foram apresentados indicadores de desempenho. Apresentamos, abaixo, uma análise dos indicadores apresentados no item 5 do Relatório de Gestão:

Descrição e objetivo do indicador ou	Resultado	Tipo do indicador ou medida	Padrão de desempenho utilizado	Fonte do padrão de desempenho	Análise quanto à consistência do indicador e ao
--------------------------------------	-----------	-----------------------------	--------------------------------	-------------------------------	---

<b>medida</b>					<b>padrão utilizado</b>
Execução física: indica a relação entre a quantidade de toneladas fiscalizada e a quantidade prevista	106,11	Eficácia	$\geq 100,00$	Definido pelas metas da gestão	Consistentes
Execução financeira: indica a relação entre o valor liquidado e o valor planejado	99,71	Eficácia	$\leq 100,00$	Definido pelas metas da gestão	Consistentes
Cumprimento do Programa: indica a relação entre o número de etapas realizadas e o total de etapas programadas	100,00	Eficácia	$= 100,00$	Definido pelas metas da gestão	O resultado deste indicador não é muito representativo.
Custo por tonelada fiscalizada: indica a relação entre o valor liquidado e a quantidade fiscalizada	R\$ 0,62	Eficiência	Menor que o ano anterior (R\$ 0,09)	Definido pelo desempenho histórico	Consistentes
Índice de Perdas Quantitativas: indica a relação entre a quantidade de perdas em armazenagem e em desvio e a quantidade de estoque fiscalizado	0,22	Qualidade	$= 0,00$	Criado com base em práticas da instituição	Consistentes
Índice de perdas qualitativas: indica a relação entre a quantidade de produtos AP e desclassificados e a quantidade de estoque fiscalizado	0,00	Qualidade	$= 0,00$	Criado com base em práticas da instituição	Consistentes
Índice de economicidade: indica a relação entre o valor liquidado e a quantidade fiscalizada do ano corrente e o do ano anterior	705,62	Eficiência	$< 100,00$	Definido pelo desempenho histórico	O resultado deste indicador é de pouca validade, haja vista ser apenas um reflexo do indicador Custo por Tonelada Fiscalizada.

Analisando os resultados obtidos, verificamos um expressivo aumento no índice Custo por Tonelada Fiscalizada, que passou de R\$ 0,09 (nove centavos) por tonelada em 2006 para R\$ 0,62 (sessenta e dois centavos) por tonelada em 2007.

O Relatório de Gestão apresenta as seguintes plausíveis justificativas para esse crescimento:

- Redução dos estoques armazenados, que caíram de 391.870 toneladas, em 2006, para 67,1 toneladas, em 2007, armazenados em diversas unidades;
- Realização de operações especiais nas unidades armazenadoras de

Palmeiras de Goiás, Paraúna, Pontalina, Porteirão e Rio Verde, cujos resultados não foram adicionados à quantidade fiscalizada;

- Deslocamento de empregados para fiscalização de estoques em armazéns dos Estados do Mato Grosso, do Rio Grande do Sul e do Paraná;

e

- Aumento dos valores das diárias, das passagens e de locação de veículos.

Com relação ao resultado apresentado para o indicador Índice de Perdas Quantitativas, o Relatório informa que "na Sureg-GO/DF foram registradas perdas de armazenagem de 4 toneladas de feijão e 583 toneladas de milho. Os relatórios de ocorrências foram encaminhados à Gerência de Cobranças e de Cadastro de Armazéns para as providências cabíveis."

Apesar de questionado por meio de Solicitação de Auditoria, a Unidade não informou sobre as providências adotadas pela Gerência de Cobranças e Cadastro de Armazéns sobre as perdas registradas.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomendamos a criação de indicadores de desempenho que possibilitem o acompanhamento, com clareza e precisão, das outras ações executadas pela Unidade, bem como a revisão dos indicadores Cumprimento do Programa e Índice de Economicidade, de modo que estes possam ser representativos e válidos, auxiliando o gestor na tomada de decisões.

### **5.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**

Conforme informação contida no Anexo E ao Relatório de Gestão 2007 da Sureg/GO, "as transferências recebidas e realizadas são centralizadas na Matriz, em Brasília."

### **5.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Considerando que as informações extraídas do Siafi Gerencial não se coadunam com a realidade detectada por esta equipe de auditoria, conforme constatado em campo e confirmado pela Unidade pelo Ofício SUREG-GO nº 4245, de 26/06/2008, não foi possível elaborar, com exatidão, o quadro-resumo dos tipos de aquisições realizados pela Unidade no exercício examinado.

No entanto, nossas análises dos processos licitatórios, especialmente das dispensas de licitação e dos pregões eletrônicos, evidenciaram a existência de falhas como as relatadas nos itens 1.1.7.1, 1.1.7.2 e 1.1.7.3 do Anexo deste Relatório.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomendamos à Unidade aprimorar seus controles referentes aos processos licitatórios, implementando rotinas que diminuam as fragilidades detectadas nesta área, especificamente quanto àquelas demonstradas no assunto 1.1.7 - PROCESSOS LICITATÓRIOS do Anexo a este Relatório, possibilitando, desta forma, um processo de contratação mais transparente e econômico.

### **5.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Quanto à política de recursos humanos adotada pela empresa, destacamos que há uma razoável adequabilidade na distribuição quantitativa dos empregados pelos diversos setores componentes da estrutura da

Sureg/GO.

Merece destaque, no entanto, a existência de empregados exercendo cargos sem a devida comprovação da escolaridade mínima exigida.

#### **5.6 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Conforme informações contidas no Relatório de Gestão analisado, no que se refere à Entidade Fechada de Previdência Complementar CIBRIUS, "todos os repasses de recursos foram realizados dentro dos limites fixados em lei".

O mesmo Relatório confirma que "não há contratação de dívidas entre a patrocinadora e a patrocinada no âmbito da CONAB/GO" e que "não há recursos humanos ou patrimoniais disponibilizados à Entidade no âmbito da CONAB/GO".

Por fim, quanto à existência de plano de fiscalização e controle pela Patrocinadora, conforme prevê o art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, instrui que:

"A Entidade, com sede em Brasília/DF, está sujeita à supervisão sistemática da CONAB/Matriz, que em face do regime especial de intervenção federal até 30/11/2007, encontrava-se sob a supervisão direta da SPC, não tendo sido objeto de qualquer atividade de auditoria interna por parte da CONAB.

Entretanto, em face do levantamento da intervenção e restabelecimento dos órgãos estatutários, o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna da CONAB para 2008 já contempla a realização de auditoria de acompanhamento de gestão."

#### **5.7 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU**

Conforme pesquisa ao site do Tribunal de Contas da União, consubstanciada com o informado no Anexo D do Relatório de Gestão, constatamos que não existem Acórdãos ou Decisões expedindo determinações para a Unidade examinada no exercício auditado.

#### **5.8 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Verificamos que no Relatório de Gestão não constam informações sobre a existência de projetos e programas financiados com recursos externos e/ou em cooperação com organismos internacionais sendo executados no âmbito da Unidade auditada.

#### **5.9 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA**

Conforme consta do Relatório Anual de Auditoria Interna - RAINT relativo ao exercício auditado, "as ações de Auditoria Interna no exercício de 2007, conforme previsão no PAINT/2007, foram executadas nas áreas finalísticas (PEP, PROP, VEP), administrativa (benefícios concedidos, utilização de veículos, deslocamento a serviço e licitações e contratos) e contábil-financeira (Balanço e contábil-financeiro)."

Especificamente com relação à Sureg/GO, o citado RAINT informa que, em razão da constatação da necessidade de capacitação na área de licitações e contratos, levantada pelos auditores internos da CONAB, foi ministrado curso nessa Superintendência.

Informa, ainda, que foram realizadas as seguintes auditorias nessa Sureg:

ÁREA	SETOR	PROGRAMA	QUANTIDADE DE PENDÊNCIAS	ESCOPO	CRONOGRAMA
GEFAD	SECOF	Balanço	01	Conformidade Normativa	12 a 16/02
GEOPE	SECOM	PROP, VEP, PEP	19		21/07 a 04/08
GEFAD	SEREH, SETAD	Benefícios concedidos, utilização de veículos, deslocamento a serviço, procedimentos de licitações e contratos	14		01 a 27/07

Em que pese a informação sobre a existência de pendências relativas aos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, o citado RAINTE não informa quais são essas pendências.

#### 5.10 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

Conforme informações contidas no Anexo C ao Relatório de Gestão, "a CONAB não utilizou o cartão de crédito corporativo no exercício de 2007".

#### 5.11 CONTEÚDO ESPECÍFICO

Com relação ao item Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada, o Relatório de Gestão da Sureg/GO trouxe as seguintes informações:

9.1 - Informações acerca da remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e respectivas atas de reuniões: Demonstrativo da remuneração do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração consta no Anexo G e as Atas nos Anexos H e I.

9.2 - Informações sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001:

O CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social, que tem a Conab como patrocinadora principal, encontrava-se sob a supervisão direta da SPC em face do regime especial de intervenção federal mantido até 30/11/2007, não foi objeto de qualquer atividade de auditoria interna por parte da Conab/Matriz.

Entretanto, em face do levantamento da intervenção e restabelecimento dos órgãos estatutários, o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna da Conab para 2008, já contempla a realização de auditoria de acompanhamento de gestão."

#### 5.12 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo - "Demonstrativo das Constatações", não tendo sido estimada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

### **III - CONCLUSÃO**

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo - "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Goiânia, 10 de julho de 2008.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

CERTIFICADO N° : 208213  
UNIDADE AUDITADA : CONAB SEDE SUREG GO  
CÓDIGO : 135141  
EXERCÍCIO : 2007  
PROCESSO N° : 21209.000189/2008-30  
CIDADE : GOIÂNIA

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2007 a 31Dez2007.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão n° 208213, houve gestores cujas contas foram certificadas como regulares com ressalvas. Os fatos que ensejaram tal certificação foram os seguintes:

**3.1. Falhas que resultaram em ressalvas:**

1.1.7.1

Falhas na formalização, na execução e na elaboração de Edital dos processos licitatórios realizados na modalidade Pregão Eletrônico.

1.1.7.2

Contratação efetuada pela SUREG/GO, utilizando-se, inadequadamente, a via de inexigibilidade de licitação.

2.1.1.1

Inobservância do princípio da segregação de funções.

2.1.1.2

Emissão de ordens bancárias para favorecidos diversos daqueles constantes nas notas de empenho.

4.1.1.1

Inobservância, por parte da SUREG/GO, de recomendação exarada desta Controladoria Regional da União no Estado de Goiás, no sentido de por fim a contrato firmado, em razão de inexecução contratual por parte do escritório de advocacia Brom & Brom Advogados Associados S/S.

Goiânia, 10 de julho de 2008.

**LUIZ GONZAGA ALVARES DE OLIVEIRA**  
**CHEFE DA CGU-REGIONAL/GO**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL  
RELATÓRIO N° : 208213  
EXERCÍCIO : 2007  
PROCESSO N° : 21209.000189/2008-30  
UNIDADE AUDITADA : CONAB SEDE SUREG GO  
CÓDIGO : 135141  
CIDADE : GOIANIA

**PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO**

Em atendimento às determinações contidas no inciso III, Art. 9º da Lei nº 8.443/92, combinado com o disposto no Art. 151 do Decreto nº 93.872/86 e inciso VIII, Art. 14 da IN/TCU/Nº 47/2004 e fundamentado no Relatório, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis, referente ao período de 01/01/2007 a 31/12/2007.

2. As questões objeto de ressalvas foram levadas ao conhecimento dos gestores responsáveis, para manifestação, conforme determina a Portaria CGU nº 1950, de 28 de dezembro de 2007, que aprovou a Norma de Execução nº 05, de 28 de dezembro de 2007, e estão relacionadas em tópico próprio do Certificado de Auditoria. As manifestações dos Gestores sobre referidas questões constam do Relatório de Auditoria.

3. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o Art. 52, da Lei nº 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 11 de julho de 2008.

**CIRO HEITOR FRANÇA DE GUSMÃO JÚNIOR**  
Diretor de Auditoria da Área de Produção e Emprego - Substituto